



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

ISSN: 2177-6229

Universidade do Vale do Rio dos Sinos Centro de Ciências
Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais

Oliveira, Amurabi

O ensino de Ciências Sociais na Faculdade Catarinense de Filosofia
Ciências Sociais Unisinos, vol. 54, núm. 1, 2018, Janeiro-Abril, pp. 117-125
Universidade do Vale do Rio dos Sinos Centro de Ciências
Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2018.54.1.11>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93860389011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UNES
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O ensino de Ciências Sociais na Faculdade Catarinense de Filosofia

The teaching of Social Sciences at the *Faculdade Catarinense de Filosofia*

Amurabi Oliveira¹
amurabi1986@gmail.com

Resumo

A história das ciências sociais brasileiras tem sido continuamente revisitada, normalmente tomando-se como marco inaugural a criação dos cursos de graduação em ciências sociais. Reconhecendo-se que estas tiveram diferentes temporalidades nas diversas regiões do país, e que seu processo de institucionalização ocorreu, por vezes, por meio de cátedras em outros cursos de graduação, busca-se, neste trabalho, trazer uma contribuição original para a discussão para esta área. O artigo foca-se na análise das primeiras cátedras de ciências sociais (antropologia cultural e sociologia) criadas na Faculdade Catarinense de Filosofia, instituição fundada na década de 1950 em Florianópolis, por meio dos "relatórios de ensino" produzidos pelos primeiros professores dessas disciplinas. Ressalta-se o caráter de formação de elites culturais que a instituição possuía e a afinidade das discussões desenvolvidas nesse espaço com o debate intelectual da época.

Palavras-chave: *história das ciências sociais, ensino de ciências sociais, elites culturais, ensino superior.*

Abstract

The history of Brazilian social sciences has been continuously revisited, usually taking as an inaugural landmark the creation of the undergraduate courses in social sciences. Recognizing that the social sciences had different temporalities in the different regions of the country, and that their process of institutionalization occurred sometimes through classes in other undergraduate courses, this work seeks to bring an original contribution to the discussion for this area. The article focuses on the analysis of the first classes of social sciences (cultural anthropology and sociology) created at Faculdade Catarinense de Filosofia (Catarinense Faculty of Philosophy), an institution founded in the 1950's in Florianópolis, through the "teaching reports" produced by the first professors of these classes. It is important to note the character of the formation of a cultural elite that the institution possessed, and the affinity of the discussions developed in this space with the intellectual debate of that time.

Keywords: *history of social sciences, teaching social science, cultural elite, higher education.*

Introdução

As ciências sociais brasileiras têm como uma de suas marcas a autor-reflexividade, o que abarca não apenas uma reflexão acerca dos fundamentos teóricos e epistemológicos destas ciências, como também um exame contínuo acerca de suas histórias. Nesta direção, é bastante consensual entre os

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário - Trindade, s/n, 88010-970, Florianópolis, SC, Brasil.

pesquisadores da área a ideia de que a década de 1930 foi um período decisivo para tanto, já que os primeiros cursos de graduação em ciências sociais surgiram neste momento (Miceli, 1989).²

Em que pese a existência de cátedras de sociologia já no chamado ensino secundário, tanto junto às Escolas Normais, quanto aos cursos complementares (Meucci, 2011; Oliveira, 2013; Oliveira e Oliveira, 2017), é inegável o papel que os cursos de graduação em ciências sociais acabam por ocupar nessa conjuntura, ao possibilitarem o processo de formação de quadros profissionais neste campo do conhecimento, delimitando mais claramente o escopo de tais ciências, ainda que as barreiras disciplinares neste momento não se fossem tão estanques³.

Todavia, as temporalidades destas ciências foram distintas nas diferentes regiões do país, e ainda que seja relativamente difundida a ideia que as ciências sociais desenvolvidas fora dos "grandes centros de produção do conhecimento" foram "pré-científicas" e "provincianas", é interessante problematizar esta questão a partir de uma perspectiva crítica que incorpora a dimensão da geopolítica acadêmica na análise (Reesink e Campos, 2014).

Visando contribuir para este debate, no presente trabalho busco analisar como se deu o ensino das ciências sociais através das primeiras cátedras criadas na Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF) na década de 1950, na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Apesar de não serem as primeiras cátedras nesta área, encontra-se aí o germen para o desenvolvimento das ciências sociais no estado, uma vez que esta faculdade posteriormente foi incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possibilitando o surgimento de um curso próprio na década de 1970.

Partindo da análise documental dos "relatórios de ensino" produzidos pelos docentes da FCF na década de 1950, almejo compreender o desenho das ciências sociais produzido naquele contexto⁴. Ao mesmo tempo, utilizo este material para perceber em que medida as ciências sociais produzidas "na província" aproximam-se, ou distanciam-se, dos modelos de cientificidade que estavam sendo postos em campo naquele momento, problematizando com isso as relações que são estabelecidas entre "centro" e "periferia" no campo das ciências sociais brasileiras.

A FCF e a formação de elites culturais

O período compreendido entre as décadas de 1930 e 1950 foi decisivo para o cenário cultural e intelectual de Santa Catarina, pois é nele que se iniciam uma série de ações que convergiam para o processo de formação de elites culturais no estado. Não sem menor relevância, na década anterior havia sido fundada a Academia Catarinense de Letras (ACL), em 1924, um importante espaço de circulação das elites intelectuais locais, o que também confluía para este processo que se solidificou nas décadas posteriores, Soma-se a isso a criação em 1932 da Faculdade de Direito de Santa Catarina⁵, a fundação da Comissão Catarinense de Folclore em 1948, no ano seguinte o Museu de Arte Moderna de Florianópolis, o que aponta para um período de intensa agitação cultural, e dois anos depois foi criada a FCF.

A fundação da FCF envolveu a iniciativa de uma série de intelectuais que circulavam por espaços como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), criado em 1896, o Colégio Catarinense, fundado em 1905, além da ACL e das demais faculdades já existentes àquele tempo, especialmente a Faculdade de Direito, espaço historicamente reservado à formação de quadros para o Estado e de reprodução das elites. Destaca-se o fato de que apesar de a FCF ter sido uma instituição privada, contou regularmente com recursos públicos, além da presença decisiva de lideranças religiosas e políticas em seu processo de constituição.

Porém, a compreensão acerca da fundação desta Faculdade torna-se incompleta se não considerarmos também a própria expansão do ensino em Santa Catarina neste período, uma vez que a FCF serviria tanto para a formação de elites culturais, quanto para a formação de professores para o ensino secundário, que se encontrava em franca expansão.

Oficialmente foi no dia 08 de setembro de 1951, em reunião no salão nobre da Faculdade de Direito, que membros das elites locais como o Desembargador Henrique da Silva Fontes, que fora presidente do IHGSC, Oswaldo Bulcão Viana, Victor da Luz Fontes, Monsenhor Frederico Hobold, Pe. João Alfredo Rohr – diretor do Colégio Catarinense, Pe. Alvino Braun e, Oswaldo Rodrigues Cabral criaram oficialmente a FCF. Em 1952 foi requerido seu funcionamento, chamando atenção o fato de que neste documento há menção à possibilidade de "[...] dar oportunidade

² Os primeiros cursos de ciências sociais criados neste período são os da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), Universidade de São Paulo (1934), Universidade do Distrito Federal (1935) e Universidade Federal do Paraná (1938).

³ Um exemplo de tal situação pode ser dado a partir do curso da UDF, que possuía inicialmente três "menções": sociologia, história e geografia. Este dado aponta para a existência de uma concepção mais ampliada de ciências sociais naquele momento, o que também pode ser reconhecido pelo exame dos currículos dos demais cursos criados na década de 1930, que continham uma presença significativa de disciplinas de história, economia e psicologia.

⁴ A base empírica de dados desta pesquisa parte da documentação referente à FCF depositada no arquivo central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tratam-se dos primeiros resultados de pesquisa financiada pelo CNPq.

⁵ Foram criadas posteriormente a Faculdade de Ciências Econômicas (1943), de Farmácia e Odontologia (1947), e de Medicina (1955). A FCF foi criada, em verdade, em 1951, porém, suas atividades só foram iniciadas em 1955.

de estudos cientificamente orientados para os que, até aqui, só como autodidatas atingem as esferas da alta cultura". Apenas em 1954 é obtida a autorização para seu funcionamento.

Chama a atenção o fato de que em sua ata de fundação já se colocava no horizonte a fundação da Universidade de Santa Catarina, que aparece, portanto, como uma aspiração que antecede a criação da própria FCF. Também é feita menção ao fato de que em 1948 foi fundada a "Faculdade de Filosofia de Santa Catarina", mas que esta nunca começou a funcionar.

Ao que tudo indica, baseado nos primeiros ofícios produzidos no período de pedido de autorização para o funcionamento da faculdade, um dos principais públicos desta instituição seriam os egressos das Escolas Normais, que demandariam uma formação superior para a atuação no ensino escolar, mas também, posteriormente, no ensino superior. Funcionaram inicialmente os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

A criação desta faculdade em Santa Catarina – em que pese a existência anterior de outras faculdades, especialmente a de direito – passa a complexificar o sistema educacional do estado, aprofundando as desigualdades existentes, uma vez que: "[...] os principais efeitos do funcionamento dos universos escolares resultam de seu funcionamento tanto *estruturas*, tanto sistemas de diferenças escolares que segundo sua lógica própria engendram sistemas de diferenças sociais" (Bourdieu, 2013, p. 190).

Compreendo, portanto, a própria FCF como um agente que adentra nas disputas postas no campo cultural e acadêmico no contexto local de Santa Catarina. Esta instituição passa a ser compreendida como um espaço capaz de produzir e reproduzir determinado *corpus* social, vinculado essencialmente às elites culturais locais. Até então aqueles que almejassem uma formação superior, especialmente no campo das ciências e das letras, deveria se deslocar para outros centros fora do estado, e a partir de então poderiam realizar esta formação em Florianópolis.

A possibilidade de operar desse modo, como dispositivo de reprodução das elites no nível local, se reforça desde o processo de recrutamento dos alunos para esta instituição, como podemos observar analisando os programas do concurso de habilitação neste período. Eram exigidas as seguintes matérias por curso conforme mostra a Tabela 1.

As provas continham uma parte escrita e uma parte oral, variando o modelo desta prova de acordo com a matéria, havendo a descrição de uma longa lista de pontos, sendo utilizado o sistema de sorteio para a realização das provas. A média final no exame deveria ser superior a cinco, e em nenhuma matéria o aluno poderia ter uma nota inferior a três.

A centralidade nos exames envolvendo a questão das línguas, tanto o português como as línguas estrangeiras, reforçam a ideia de que o sistema escolar apesar de se apresentar como "universal" demarca uma continuidade em relação a cultura das classes dominantes, portanto, a cultura escolar é também uma cultura de classe. A existência de exames orais, para além dos exames escritos, implica no fato de que os candidatos são examinados não apenas com base nos conhecimentos que

Tabela 1. Matérias exigidas no concurso de habilitação de 1955 da FCF por curso.

Table 1. Disciplines required in the contest of habilitation of 1955 from FCF for each course.

Curso	Matérias exigidas
Filosofia	Português, história da filosofia, inglês ou francês ou alemão
História e Geografia	Português, história geral e do Brasil, geografia geral e do Brasil, inglês ou francês
Letras clássicas	Português, latim e inglês ou francês
Letras neolatinas	Português, latim, inglês e francês
Letras anglo-germânicas	Português, latim, francês, inglês ou alemão

Tabela 2. Percentagem de alunos matriculados promovidos ao 2º ano da FCF.

Table 2. Percentage of enrolled students promoted to or 2nd year of the FCF.

Anos	Matrículas no 1º ano	Promoções ao 2º ano	Percentagem
1955	80	40	50%
1956	35	17	48,57%
1957	45	22	48,88%
1958	49	18	37,73%
1959	31	19	61,29%

adquirem no sistema escolar, mas sim, e principalmente, naquelas que são inculcados ainda na socialização familiar (Bourdieu e Passeron, 2008).

No relatório referente ao primeiro concurso indica-se que houve inicialmente 81 candidatos inscritos, tendo sido aprovados 66. Houve então um novo concurso de habilitação, no qual foram aprovados 14 candidatos, totalizando 80 matriculados neste ano. Inicialmente eram previstas até 40 matrículas por curso, de tal modo que esse número de matriculados estava bem aquém da capacidade máxima de alunos que a FCF previa, isso pode indicar quão restrito era o acesso ao ensino superior neste período, considerando tanto as barreiras culturais quanto econômicas para tanto, ainda que em seu estatuto houvesse a previsão de que a faculdade permitiria gratuitamente a matrícula de candidatos pobres que "[...] revelarem apreciável capacidade intelectual e superiores qualidades de caráter".

No relatório produzido pelo Pe. Werner José Soell, então diretor em exercício, indica-se que os candidatos tiveram um desempenho regular, que a banca examinadora compreendeu que quando houve deficiências que elas seriam sanáveis no primeiro

ano do curso. Ainda segundo este relatório adotou-se o critério de "amplitude de compreensão", uma vez que os alunos que os alunos "incapazes de acompanhar o trabalho da Faculdade eram eliminados no fim do primeiro ano". A Tabela 2 mostra que os relatórios dos anos seguintes demonstram claramente essa realidade.

Há claramente não apenas um decréscimo no número de matriculados a partir do segundo ano, que aparentemente tendeu a se estabilizar, como a existência de um processo de exclusão interno mais rigoroso que a própria seleção de ingresso na FCF. Neste sentido é importante considerar determinados aspectos relevantes para o processo de produção do "sucesso escolar, como bem nos elucida Bourdieu e Passeron (2014, p. 34):

A "cultura livre", condição implícita do sucesso universitário em algumas disciplinas, é repartida desigualmente entre os estudantes originários de meios diferentes, sem que a desigualdade dos rendimentos possa explicar as diferenças constatadas. O privilégio cultural é evidente quando se trata de familiaridade com as obras que somente a frequência regular do teatro, do museu ou do concerto (frequência que não é organizada pela escola, ou somente de maneira esporádica) pode oferecer. Ele é ainda mais manifesto nos casos das obras mais modernas, que geralmente são as menos "escolares".

Claro que devemos relativizar em algum grau esta análise, dada as diferentes conjunturas nas quais se inserem o campo universitário francês e o brasileiro. Como bem nos elucida Almeida (2007), considerando as profundas desigualdades econômicas no Brasil, que se reverbera na clivagem entre escola pública e privada no nosso sistema escolar, o peso do capital cultural é relativo neste contexto.

O que quero chamar a atenção aqui é o fato de que a FCF fora pensada para as elites culturais locais, de modo que sua seletividade no ingresso e também interna relevam este aspecto. E sendo este o espaço através do qual era possível ter acesso às cadeiras de ciências sociais naquele momento (antropologia e sociologia), compreendo que o ensino destas ciências estava também voltado para as elites e para as questões que se colocavam em seus horizontes. Este é um dado importante para que não produzamos anacronismos aqui, ligando o ensino das ciências sociais a certo engajamento de caráter político e ideológico produzido em outro contexto.

O ensino de ciências sociais

Encontramos entre os primeiros cursos criados pela FCF cátedras de sociologia, junto ao curso de filosofia, de antropologia cultural, junto aos cursos de história e geografia, de antropologia física no curso de geografia, e de etnografia do Brasil no curso de história. Tornaram-se responsáveis por estas disciplinas inicialmente Edmundo Accácio Moreira bacharel em direito e responsável pela cátedra de sociologia, Jaldyr Baering Faustino da Silva, também bacharel em direito e responsável pela cátedra de etnografia do Brasil, Pe. Alvinio Bertholdo Braun, com for-

mação em filosofia e teologia tornou-se catedrático de antropologia física, e Oswaldo Rodrigues Cabral, com formação em medicina, inicialmente contratado para a área de história, mas que requereu assumir a cátedra de antropologia cultural.

Interessante perceber que os professores que se tornaram responsáveis por estas disciplinas eram autodidatas nestes campos, tendo sido arregimentados no meio local. No caso de Oswaldo Cabral é necessário frisar que a este tempo ele já havia desenvolvido uma trajetória acadêmica que o visibilizou para além do âmbito local, como atesta a publicação em 1937 de seu livro *Santa Catarina – história, evolução* na coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional. A Brasiliana, juntamente com as coleções Documentos Brasileiros e Biblioteca Histórica Brasileira, seria "[...] um dos espaços privilegiados para a veiculação do pensamento da época. Por essa razão, devem ser analisadas como um dos 'requisitos institucionais' que moldaram o perfil do campo intelectual do período" (Pontes, 1989, p. 386).

Visando uma melhor aproximação com a compreensão que temos de ciências sociais em período mais recente, bem como aos limites deste trabalho, centrarei a análise neste artigo ao ensino das cátedras de sociologia e de antropologia cultural. Ainda que a análise do ensino de antropologia física e de etnografia do Brasil mereça também um exame próprio, que oportunamente será realizado em outro trabalho.

Todas as disciplinas possuíam um caráter anual, e ao menos a partir de 1956 passou a ser requerido dos professores que eles encaminhassem à direção um "relatório circunstanciado sobre o ensino ao seu cargo", que deveria especificar a parte lecionada do programa. É partir dos relatórios encontrados destas disciplinas que realizarei a análise acerca do ensino das ciências sociais na FCF. Para uma melhor análise deste material examinarei os conteúdos de antropologia cultural e de sociologia separadamente.

A antropologia cultural

Como já indicado, Oswaldo Cabral (1903–1978) foi o responsável por inaugurar esta cátedra, tendo requerido assumir esta disciplina. Em ofício de 1956 (sem data) do diretor em exercício Pe. Wener José Soell, endereçado ao diretor da diretoria do ensino superior Dr. Jurandyr Lodi, são utilizados os seguintes argumentos para embasar o pedido:

Apresenta como títulos que o recomendam à transferência pretendida, além do diploma universitário que possui, mais as publicações seguintes:

1. Cultura e Folclore – que se encontra em via de tradução para a língua castelhana;
2. Sobrados, casas e chácaras de Nossa Senhora do Destêrro;
3. Da Idade, tese à cátedra de medicina legal;

O requerente é registrado na Diretoria do Ensino Superior, como Livre Docente, por concurso, de Medicina Legal da Faculdade de Direito de Santa Catarina e Professor desta Faculdade, em cujos processos se encontra o "currículo vitae" do mesmo.

A vinculação com a área da medicina não parece mero acaso, uma vez que na história da antropologia brasileira, ao menos em suas origens, há uma forte vinculação entre estas duas áreas (Corrêa, 2013). Ainda que em momentos posteriores tenha havido certo distanciamento, o que reflete o próprio processo de autonomização do campo da antropologia no Brasil.

No relatório datado de 29 de junho de 1956 é indicado que as aulas transcorreram normalmente, ainda que tivesse ocorrido um retardo no início das aulas devido à greve estudantil, que teria ocorrido em solidariedade aos "colegas do Rio de Janeiro"⁶. Aponta-se um aproveitamento regular do curso por parte dos alunos, indicando-se ainda que: "Ressentem-se os alunos da falta de livros especializados, tendo já o regente da Cadeira entregue uma relação de obras imprescindíveis ao estudo, de acordo com o pedido formulado pela Diretoria". Neste contexto, o livro de Cabral "Cultura e Folclore"⁷ ocupou um lugar central nos estudos de seus alunos (Santos, 2006).

No relatório datado de 24 de novembro de 1957 o professor volta à questão da ausência de livros para a condução da disciplina, indicando o seguinte:

Verificando-se a absoluta inexistência de livro didático da cadeira, o professor tomou a iniciativa de, compulsando a extensa bibliografia existente respeito a cada parte do programa, compôs um manual capaz de suprir aquela falta. Infelizmente não lhe foi possível fazê-lo de todo o programa, tendo-o feito, todavia em sua maior parte e podendo distribuir cerca de 200 páginas multilidas a cada aluno, além de quadros e expressas elucidativos, para o que contou com a cooperação do Departamento de Geografia e Cartografia do Estado, a cujos Diretor e Funcionários agradece.

Ora, reconhece-se aqui que apesar da relevância do capital cultural incorporado, o capital cultural objetivado também é importante nos processos de reprodução social. O capital cultural objetivado possui uma apropriação material, que pressupõe certo capital econômico, e uma apropriação simbólica, que pressupõe certo capital cultural. Em todo o caso:

É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objetos das lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico, etc.) e, para além desses, no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado (Bourdieu, 1998, p. 78).

Destaco esta questão na medida em que compreendendo ser relevante pensar como que o ensino de antropologia estava ligado, de uma forma ou de outra, ao processo de legitimação das elites culturais neste contexto, e neste sentido, a possibilidade de aquisição de livros específicos adentra como uma das "armas" necessárias para se travar as disputas em campo. A aquisição deste material possibilitaria ainda a inserção da própria FCF, e também de Cabral, numa posição menos periférica em relação às disputas próprias do campo acadêmico. A este tempo já havia sido produzida no Brasil uma primeira geração de cientistas sociais profissionais, e em algumas instituições como na Universidade de São Paulo e na Universidade do Brasil já se outorgavam títulos de doutores na área de Ciências Sociais⁸.

No que concerne ao programa de disciplina propriamente dito ele estava dividido em duas partes, uma primeira intitulada "geral" e uma segunda "especial". Na primeira parte encontramos os seguintes pontos:

- (1) Definição e conceituação.
- (2) Teorias sobre as origens da cultura. Paralelos culturais.
- (3) Determinantes da cultura. Leis da necessidade. Teoria de Malinowski.
- (4) Dinamismo cultural. Descoberta e invenção. Integração cultural. Conceito de primitivo.
- (5) Traço e complexo. Padrões e modelos. Área e pátria cultural.
- (6) Valores universais, especialidades alternativas e peculiaridades individuais. Hábitos. Maneiras. Usos. Costumes. Tradição. Mores.
- (7) Endoculturação. Empréstimo e troca. Contatos. Leis e tipos. Assimilação. Similarização e desfiguração. Aculturação.
- (8) Aperfeiçoamento cultural. Acomodação e adaptação. Fusão e imitação. Seletividade e suas leis. Reinterpretação. Sobrevivências.
- (9) Dispersão da cultura. Teoria evolucionista.
- (10) Teorias difuncionalistas. Escolas inglesa, germano-aus-tríaca e americana. Ologênese cultural. Funcionalismo.

Observa-se que a primeira parte foca, sobretudo, em conceitos e categorias antropológicas, e em menor grau em teorias e escolas. Certamente que este programa afinava-se com a literatura que Cabral tinha acesso, principalmente através de suas diversas trocas acadêmicas. Afinal, sua inserção na Comissão do Folclore, assim como o trânsito por outras entidades científicas, como a Associação Brasileira de Antropologia

⁶ Refere-se aqui possivelmente à greve estudantil que eclodiu em 1956 devido ao aumento da tarifa dos bondes da companhia light. Para uma melhor análise do contexto histórico e político das greves neste período vide Mattos (2004).

⁷ Este trabalho foi publicado em 1954 pela imprensa oficial do estado de Santa Catarina, tendo sido premiado pela Comissão Nacional do Folclore, contendo ainda o prefácio de Roger Bastide (1898-1974), o que indica o prestígio que Cabral conseguiu angariar com este trabalho.

⁸ Os títulos outorgados neste momento se distanciam do modelo adotado após a Reforma Universitária de 1968, especialmente por se assentarem em grande medida no modelo tutorial de formação acadêmica.

(ABA)⁹, possivelmente possibilitava que ele dialogasse também com outros professores que também eram responsáveis pela cátedra de antropologia em outras instituições. Já a parte especial do programa era mais extensa, sendo composta dos seguintes pontos:

- (1) Cultura espiritual. Crenças. Religião e seus fundamentos. Conceitos básicos. Revelação e encarnação. Teofanias.
- (2) Cultos de latria e apotropaico. Prece e sacrifício. Sublimação. Ritos.
- (3) Monoteísmo primitivo. Teoria do ser supremo (Pe. Wilhelm Schmidt).
- (4) Teoria mágica pré-animista. Leis da magia (Marett e Preuss).
- (5) O animismo de Tylor.
- (6) Politeísmo. Mitos. Cultos da natureza.
- (7) Totemismo como sistema religioso e como sistema de organização social.
- (8) Monoteísmo histórico. Zoroastrismo, judaísmo, cristianismo e islamismo.
- (9) Arte e ciência. Arte primitiva. Artes plásticas e artes rítmicas. Ciência e seus primórdios.
- (10) Cultura sociológica. Organização social. Família e seus fundamentos biológicos, religiosos e econômicos. Organização da família.
- (11) Parentesco biológico e sociológico. Linhagens.
- (12) Mores jurídicos e consuetudinários. A esterilidade e o repúdio. Adoção. Pátrio-poder. Emancipação. Tutela e curatela.
- (13) Primogenitura e vingança do sangue. Morgádio e privilégio de masculinidade.
- (14) Levirato e sororato.

A "parte especial" do programa de antropologia cultural aproxima-se, portanto, de questões mais temáticas, ainda que não estejam presentes aí temas clássicos da antropologia brasileira como da etnologia indígena e das relações raciais, que estavam contemplados pela disciplina de "etnografia do Brasil", conteúdo obrigatório para os alunos do curso de história. Os temas explorados tanto se vinculavam às questões clássicas tratadas pela antropologia de modo geral, como religião e parentesco, mas também incidiam sobre temáticas que de algum modo se relacionavam com o debate social mais amplo daquele período, como o divórcio.

Interessa dar relevo de forma mais específica ao fato de que o programa de antropologia longe de constituir uma pro-

posta "pré-científica", demonstra afinidade com o debate acadêmico deste período, com referências diretas aos clássicos desta ciência, ainda que, inegavelmente, o campo das ciências sociais em Santa Catarina ainda fosse bastante incipiente neste período. Apesar do caráter anual desta cadeira, ela deveria dar conta de todo o conteúdo de antropologia cultural, lançando bases para a formação científica dos egressos dos cursos de história e de geografia, o que explica o caráter tão panorâmico que acabava sendo adotado. Certamente a existência da disciplina de antropologia, no curso de geografia, e de etnografia do Brasil, no curso de história, possibilitavam uma formação complementar, ainda que partissem de distintos referenciais, e de compreensões diversas sobre o que é antropologia.

A sociologia

A sociologia possui uma história anterior em Santa Catarina, ainda nos cursos secundários, especialmente nas Escolas Normais. A partir da reforma do ensino realizada em 1935, conhecida como "Reforma Trindade", realizada por Luiz Bezerra da Trindade, que era então Diretor da Instrução pública do Estado de Santa Catarina, as Escolas Normais foram transformadas em Instituto de Educação, introduzindo em seus currículos as chamadas "Ciências Fontes da Educação", tais como a pedagogia, psicologia, biologia, história, filosofia e sociologia. No ensino de sociologia neste contexto destaca-se a figura de João Roberto Moreira (1912-1967), que teve papel fundamental no processo de modernização do sistema de ensino em Santa Catarina (Daniel, 2003).

Esta presença da sociologia nos cursos de formação de professores, especialmente das Escolas Normais, seguiu uma tendência mais ampla que se observou no Brasil, na qual a sociologia era compreendida como uma ciência capaz de "cientificizar" os currículos destes cursos, opondo-se a um conhecimento meramente "literário" e dando "realismo sociológico" à formação recebida nestas instituições (Meucci, 2011). No ensino superior já em 1943 havia uma cátedra de sociologia na Faculdade de Ciências Econômicas, o que indica a circulação de ideias e de categorias sociológicas em Florianópolis já neste período.

Sem embargo, apesar dessa história da sociologia em Santa Catarina que antecede a FCF, essa disciplina teve pouco espaço nos cursos criados nesta instituição, constituindo-se como disciplina obrigatória apenas no curso de filosofia e, posteriormente, do curso de didática e pedagogia¹⁰.

O primeiro responsável pela cadeira foi Edmundo Acácio Moreira (1914-1986), que tinha formação em direito, uma tra-

⁹ Apesar da primeira reunião brasileira de antropologia ter ocorrido em 1953 no Museu Nacional, é apenas na segunda reunião, ocorrida em 1955 na cidade de Salvador que esta associação foi oficialmente fundada. Portanto, converge o período no qual Cabral assume esta cátedra com um movimento mais intenso de institucionalização da antropologia no Brasil, mas que ainda era bastante incipiente.

¹⁰ No ofício nº 149 datado de 24 de setembro de 1957, o diretor Henrique da Silva Fontes indica o desejo da FCF de requerer a autorização para o funcionamento dos cursos de Didática e Pedagogia. Entretanto, apenas o curso de didática foi oferecido pela FCF, e o primeiro curso de Pedagogia só entrou em vigor já no período de criação da UFSC, no ano de 1960.

jetória bastante comum entre os primeiros sistematizadores da sociologia no Brasil. Como destacam Cigales e Engerhoff (2016, p. 97) "[...] o conhecimento sociológico adquirido por via das faculdades de Direito possibilitou converter capital cultural em capital simbólico necessário à produção de conhecimentos sociológicos com vista ao reconhecimento de suas ideias no cenário político educacional do Brasil".

Tal como Oswaldo Cabral ele também circulava em outros espaços das elites intelectuais do estado, foi membro da ACL, e compôs a primeira diretoria do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, tendo sido seu primeiro vice-presidente. Assim como Cabral, ele também era professor da Faculdade de Direito, o que aponta para certa circulação de agentes de categorias entre estas duas instituições.

É importante dizer que os relatórios exigidos pela FCF não possuíam um modelo fixo, de modo que os relatórios de Moreira não se estruturavam a partir de pontos, como os de Cabral, elaborando sim um texto corrido nos quais eram expostos os conteúdos trabalhos. Em 9 de julho de 1956 produz seu relatório referente ao ensino da disciplina de sociologia, indicando uma forte vinculação entre a sociologia e a psicologia. A categoria de consciência coletiva de Durkheim, assim como a de espírito objetivo de Hegel aparecem logo no início do programa, e em menor grau Simmel.

Aparentemente a influência durkheiminiana era decisiva na elaboração de seu programa, como podemos perceber pelas inúmeras referências a seu trabalho. Outros autores que são citados por Moreira em seu programa são Condorcet, Turgot, Comte, Marx, Pareto e Spencer, Le Play, Maquiavel, Bacon, Hobbes, Locke, Bentham, Vico, Montesquieu, Aristóteles, Platão, Santo Agostinho, Adam Smith, Lamark, Drwin e dentre os brasileiros são citados Tobias Barreto e Silvio Romero.

O que pode se observar a partir da detalhada descrição dos conteúdos lecionados, é que apesar da influência decisiva de Durkheim, que aparentemente balizava decisivamente o caráter sociológico da cadeira, esta ainda não estava com as fronteiras disciplinares claramente delimitadas, tangenciando autores próximos à filosofia social e política, o que talvez visasse uma maior aproximação com o curso no qual esta cadeira estava alocada. O próprio relatório indica quais seriam as "ciências auxiliares que disputaram com a sociologia", quais sejam "Economia, direito, história, geografia, etnografia, etnologia, antropogeografia, Filosofia da História, Psicologia Social, Antropologia humana, Estatística".

Em termos de avaliação indicou-se a realização de uma dissertação acerca da alfabetização em massa. Houve ainda uma visita ao Museu de Arte Moderna de Santa Catarina, além do exame de estatísticas sobre nascimentos, casamentos e óbitos, criminalidade, por sexo e idade, zona (urbana ou rural), suicídio (estudo).

Podemos inferir que a busca por uma articulação entre questões de caráter mais teórico com o trabalho mais empírico, através de visitação e uso de dados estatísticos, indica certa influência da dos movimentos reformistas do ensino que foram vivenciados nas décadas anteriores, principalmente a partir da

escola nova nos anos de 1930 (Meucci, 2011). A sociologia deveria ser, portanto, uma ciência viva, capaz de dialogar com a realidade dos alunos, ainda que no caso dos dados estatísticos ainda não houvesse no país um vasto e consolidado banco de dados referentes a informações sociais precisas da população brasileira.

Examinando os demais relatórios, como os de 28 de outubro de 1957 e de 3 de junho de 1958, percebe-se o acréscimo de algumas questões, como dentre as ciências consideradas auxiliares à sociologia, sendo acrescidas a arqueologia, paleontologia, ecologia, moral, economia política, política. Dentre os autores também há uma ampliação dos autores citados, acrescentam-se Gurvitch, Tarde, Freud, Ricardo, Proudhon, Malthus, Gobineau, Tonnies, Levy Bruhl, dentre os brasileiros acrescenta-se os nomes de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, citando-se textualmente nesse último caso a obra *Casa-Grande & Senzala*, publicação de 1933, além de Pontes de Miranda, citando-se seu livro *Introdução à Sociologia Geral*, publicação de 1924, considerado o primeiro manual de sociologia publicado no Brasil (Meucci, 2011).

A ampliação do programa, em termos de autores e de referência a outras ciências parece indicar a própria ampliação do acervo intelectual de Moreira, que passa a incorporar a suas aulas novas leituras realizadas, porém, mantendo-se a predominância da perspectiva durkheiminiana.

Apesar dos avanços consideráveis das teorias sociológicas no contexto pós-segunda guerra mundial (Alexander, 1987), tanto no nível internacional, quanto no caso particular do Brasil, o programa de Moreira estava basicamente centrado em autores clássicos. Percebe-se ainda que era um programa que se situava claramente entre a Sociologia e a Ciência Política, o que pode ser explicado em parte pela ausência de uma disciplina própria que desse conta das questões políticas, consideradas relevantes para a formação recebida no curso de filosofia.

Percebe-se no relatório de 26 de outubro de 1960 uma guinada do programa ainda mais enfática para a Ciência Política, iniciando-se o curso com o conceito de Estado, indicando ainda sua relação com a Sociologia Política. Foram ainda temas de seu curso as formas de governo, a sociologia econômica e "o capital". Apesar de ser uma instituição de clara influência religiosa, apontando-se desde os documentos de fundação a orientação de "filosofia cristã", aparentemente havia certa autonomia para a construção dos programas de disciplina, constando ainda os seguintes temas:

Socialismo-Marxismo-Sindicalismo. Socialismo utópico-Fourrier-Saint Simon.Owen, Cabot-Louis Blanc-Comte-Prodhon [...] O socialismo científico-A dialética-A "mais valia"-A luta de classe-Manifesto de Marx e Engels. Materialismo histórico, ou determinismo econômico. A revolução proletária e a revolução do proletariado-Propriedade coletiva dos meios de produção.

Estas mudanças no programa aparentemente refletem também as mudanças que passam a ser vivenciadas no plano político brasileiro, bem como no campo intelectual. Apesar de não haver referências diretas ao grupo da "escola paulista de socio-

logia"¹¹, é interessante perceber que a inserção destas questões no programa de Moreira ocorre concomitante ao "Seminário do Capital", que estava ocorrendo na Universidade de São Paulo (Rodrigues, 2011), e como principal instituição universitária brasileira, obviamente que seu volume total de capital simbólico é capaz de "deformar" as regras do jogo (Bourdieu, 2004), de tal modo que os temas que se tornam relevantes para as ciências sociais paulistas se tornam também, em um cenário de disputas, relevantes para as ciências sociais no Brasil como um todo. Afinal, a USP elaborou um modelo de ciências sociais que se tornou hegemônico no Brasil.

O movimento de aproximação, ou de distanciamento, de determinados temas só pode ser compreendido pela própria singularidade que existe no meio intelectual, bem como nas instâncias de legitimação social dentro de determinado campo (Bourdieu, 2002). É importante compreender que há uma homologia entre as estruturas mentais dos agentes e as estruturais objetivas do campo no qual eles estão inseridos, de tal forma que eles tenderão a valorizar temas e aspectos que são considerados de "maior status", portanto, capazes de gerar maiores ganhos simbólicos no campo científico (Bourdieu, 2001).

O que quero demonstrar com isso, é que apesar do papel aparentemente menor que a sociologia ocupava na formação oferecida pela FCF, havendo uma única cadeira desta disciplina dentre os cursos oferecidos, o debate fomentado neste espaço longe de ocorrer de forma isolada, vinculava-se, ainda que de maneira indireta, aos debates intelectuais que ocorriam em outras instituições do país. Portanto, em que pese a assimetria nos graus de desenvolvimento das ciências sociais em Santa Catarina em relação a outros estados no mesmo período – tais como Rio, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais ou ainda com relação a seus estados vizinhos, o Rio Grande do Sul e o Paraná – não seria possível simplesmente invisibilizá-las, como ocorre no trabalho de Costa Pinto e Carneiro (1955)¹², que ao tratar das ciências sociais no Brasil não dá relevo àquelas desenvolvidas em Santa Catarina.

Considerações finais

Como indicado desde o princípio, este trabalho visou contribuir de algum modo para o debate em torno da história das ciências sociais no Brasil, fugindo das chaves analíticas já conhecidas que focam na versão dos fatos a partir dos centros hegemônicos de produção do conhecimento. O que este trabalho demonstra é que a história das ciências sociais no Brasil é bem mais plural que aparentam num primeiro momento, especialmente se olharmos com mais atenção para os processos de rotinização do conhecimento destas ciências em outros es-

paços institucionais, que não apenas os cursos superiores de ciências sociais.

O deslocamento realizado não foi apenas geográfico, mas também metodológico, longe de se voltar para a análise das grandes obras, ou dos grandes temas de pesquisa, o recorte aqui estabelecido voltou-se mais enfaticamente para aquela prática mais cotidiana aos acadêmicos universitários: o ensino. Os relatórios de ensino produzidos pelos professores da FCF relevaram preferências, movimentos de aproximação e de distanciamento em relação a determinados temas, autores e teorias. Acredito, assim, que esse exercício metodológico pode nos trazer ganhos significativos em novas pesquisas acerca da história das ciências sociais no Brasil, abrindo novas janelas através das quais podemos observar os movimentos próprios deste campo.

A história da FCF encerra-se oficialmente na década de 1960, quando passa a ser incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina. Ainda que os primeiros catedráticos das disciplinas de antropologia cultura e sociologia não tenham participado diretamente da criação do curso de ciências sociais, o que ocorreu apenas na década de 1970, é importante frisar que eles possibilitaram a emergência de condições culturais e acadêmicas para tanto, tendo sido arregimentados alguns de seus ex-alunos para compor o quadro docente deste curso, como é o caso de Silvio Coelho dos Santos (1938-2008), que fora assistente de Oswaldo Cabral.

Observa-se com o exposto aqui que as teorias, ideias e autores que aqui circulavam encontravam-se em afinidade com o que estava sendo realizado em outros centros do país naquele período. Este movimento se completava pela própria circulação das elites culturais do estado em determinados espaços, tais como o IHGSC, a ACL, a Faculdade de Direito e a partir de então a própria FCF, compreendida como espaço de formação e reprodução das elites culturais locais, que poderiam ter acesso a partir dali a bens culturais até então inacessíveis, e que apesar dos entraves encontrados, e do isolamento inevitável que uma ilha sempre produz, permaneciam em diálogo com os debates que se desdobravam nacionalmente nas ciências sociais.

Referências

- ALEXANDER, J. 1987. *Twenty Lectures: sociological theory since World War II*. Nova York, Columbia University Press, 406 p.
- ALMEIDA, A.M.F. 2007. A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil? In: L.P. PAIXÃO; N. ZAGO (org.), *Sociologia da educação: pesquisa e realidade*. Petrópolis, Vozes, p. 44-59.
- BASTOS, E.R. 2002. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: S. MICELI, (org.), *O que ler na ciência social brasileira. Sociologia*. São Paulo/Brasília, ANPOCS/Ed. Sumaré/CAPES, p. 183-230.
- BOURDIEU, P. 2002. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 424 p.

¹¹ Para uma melhor análise da "escola paulista de sociologia", vide Bastos (2002).

¹² Na percepção de Brasil Jr (2012) este estudo longe de constituir uma mera descrição do estado das ciências sociais na metade da década de 1950, revelou uma perspectiva crítica muito específica informada pela inscrição Costa Pinto neste universo.

- BOURDIEU, P. 1998. *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, 256 p.
- BOURDIEU, P. 2013. *La nobleza de Estado: educación de elite y espíritu de cuerpo*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 552 p.
- BOURDIEU, P. 2004. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora UNESP, 86 p.
- BOURDIEU, P. 2001. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa, Edições 70, 168 p.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. 2008. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, Vozes, 276 p.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. 2014. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis, EDUFSC, 172 p.
- BRASIL JR., A. 2012. As ciências sociais no Brasil: estudo realizado para a CAPES por L. A. Costa Pinto e Edison Carneiro. *Sociologia & Antropologia*, 3(2):269-278.
- CORRÊA, M. 2013. *As Ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 389 p.
- COSTA PINTO, L.; CARNEIRO, E. 1955. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES, 111 p. (Série Estudos e Ensaio, nº 6).
- CIGALES, M.P.; ENGERROFF, A.M. 2016. A constituição da Sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais. *Revista Urutúgua*, 35:80-101.
- DANIEL, L.S. 2003. *Por uma psico-sociologia educacional: a contribuição de João Roberto Moreira para o processo de constituição científica da Pedagogia nos cursos de formação de professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940*. Florianópolis, SC. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 163 p.
- MATTOS, M.B. 2004. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, 24(47):241-270. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100010>
- MEUCCI, S. 2011. *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo, Hucietec/Fapesc, 169 p.
- MICELI, S. 1989. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: S. MICELI (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo, Editora Vértice/Idesp/Finep, p. 72-110.
- OLIVEIRA, A. 2013. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum. Education*, 35(2):179-189.
- OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, E.A.F. 2017. Os processos de institucionalização da sociologia na Escola secundária (1890-1971). In: I.F. SILVA; D.N. GONÇALVES (org.), *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo, Annablume, p. 17-34.
- PONTES, H. 1989. Retratos do Brasil: editores, editoras e "coleções brasileiras" nas décadas de 30, 40 e 50. In: S. MICELI. *História das Ciências Sociais no Brasil Vol.1*, São Paulo, Vértice, p. 359-409.
- REESINK, M.; CAMPOS, R. 2014. A Geopolítica da Antropologia no Brasil: ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procusto. In: P. SCOTT; R.C.B. CAMPOS; F. PEREIRA (orgs.), *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife, EDUFEPE/ABA, p. 55-81.
- RODRIGUES, L.S. 2011. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978)*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 565 p.
- SANTOS, S.C. Dos. 2006. A Antropologia em Santa Catarina. In: S.C. Dos SANTOS (org.), *Memória da antropologia no sul do Brasil*. Florianópolis, Ed. da UFSC, Associação Brasileira de Antropologia, p. 15-77.

Submetido: 07/11/2017

Aceito: 08/03/2018